

MP 542 suspende aval aos estados

■ Só presidente Itamar Franco poderá endossar empréstimos, o que irrita Ciro Gomes

BRÁSILIA — Apenas o presidente Itamar Franco poderá autorizar, nos próximos 90 dias, avais para estados e municípios em empréstimos de fundos, bancos e agências de fomento nacionais e estrangeiros, como a Caixa Econômica Federal, os bancos do Brasil, Mundial e Interamericano de Desenvolvimento e FGTS. O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, reconheceu ontem que a MP 542, que estabeleceu as regras de emissão do real, impede que o governo federal assegure as operações de crédito e informou que foram suspensas as análises de projetos de US\$ 974 milhões que dependiam do endosso da União.

A decisão irritou o governador do Ceará, Ciro Gomes, uma das principais lideranças do PSDB, que acusou o governo de estar "ensandecido", ao ouvir o secretário do Tesouro na Comissão Especial do Congresso que analisa a MP 542. Para ele, a medida deveria atingir apenas aos devedores. Afirmou que quando se rolaram as dívidas dos estados inadimplentes, os estados em dia com seus compromissos sentiram-se prejudicados.

"Ficamos com a sensação de sermos os *otários* do ano", desabafou.

O governo do Ceará pleiteia um empréstimo de US\$ 240 milhões do Banco Mundial para a construção de 40 barragens e a urbanização de



Portugal: União contra inadimplentes. Ciro: governo está ensandecido

168 favelas. O negócio só depende do aval da União. O relator da MP, José Fogaça (PMDB/RS) também defende projetos para o Rio Grande.

O secretário do Tesouro revelou que existe um projeto de decreto pronto, sob análise da Procuradoria da Fazenda Nacional, para modificar as regras da concessão de avais pela União. O texto preparado pelos técnicos do Tesouro prevê que os endossos só serão concedidos se os estados e municípios comprometerem quotas dos seus fundos de participação para assegurar o pagamento. Além disso, a União também passará a exigir o comprometimento de receitas estaduais e



municipiais para evitar que o governo federal seja obrigado a arcar com a inadimplência dos devedores primários. As duas exigências, disse Portugal, já são feitas, mas não estão regulamentadas.

Ciro Gomes criticou a equipe econômica por colocar em igualdade estados e municípios saneados financeiramente e os que acumulam déficits rolados com títulos públicos. "Tratam-se os desiguais com pseudo-igualdade", reclamou, ao considerar injusto que Ceará, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo tenham as mesmas dificuldades na obtenção de aval que estados com problemas financeiros.

União serve como avalista

□ Estados e municípios precisam recorrer à União para conseguir fechar operações de crédito com agências de fomento, fundos e bancos para assegurar que a dívida será paga. Nestes casos, o governo federal é o avalista de prefeituras e governos estaduais e se compromete a quitar as parcelas atrasadas das dívidas em caso de inadimplência. Entre as instituições que exigem o aval da União estão, por exemplo, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Eximbanks estrangeiros.

Quando se candidatam a financiamentos de agências e bancos brasileiros, estados e municípios devem ter, pelo menos, uma espécie de *nada consta* com a Receita Federal, INSS, FGTS, Banco do Brasil, Caixa Econômica e bancos federais. Desde o governo Collor, governos estaduais e prefeituras vinham encontrando dificuldades para obter financiamentos devido à exigência de terem seus pagamentos regularizados. O fim dos problemas entre as esferas de governo somente se tornou prioridade, porém, na gestão do ex-ministro Fernando Henrique.